

Apresentamos as Demonstrações Financeiras, relativo aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 19 de Agosto de 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)			
	30/06/2011	30/06/2010	
ATIVO			
Circulante	130.488	57.523	
Disponibilidades	976	404	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4)	9.820	22.811	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.820	22.811	
Operações de crédito (Nota 6)	103.713	27.359	
Sector privado	108.804	36.572	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.091)	(9.213)	
Outros créditos	5.185	5.832	
Diversos (Nota 7)	5.185	5.832	
Outros valores e bens (Nota 8)	10.794	1.117	
Outros valores e bens	10.833	1.246	
Despesas antecipadas	10	28	
Provisão para desvalorização	(49)	(157)	
Realizável a longo prazo	257.118	36.160	
Tít. e valores mob. e instr. financ. derivativos (Nota 5)	100.498	18.348	
Carteira própria	88.677	-	
Instrumentos financeiros derivativos	11.821	18.348	
Operações de crédito (Nota 6)	139.921	19.179	
Sector privado	139.921	19.179	
Outros créditos	16.680	16.902	
Diversos (Nota 7)	16.680	16.902	
Outros valores e bens (Nota 8)	19	79	
Despesas antecipadas	19	79	
Permanente	136	219	
Imobilizado de uso	104	172	
Outras imobilização de uso	338	338	
Depreciações acumuladas	(234)	(166)	
Diferido	32	47	
Gastos com organização e expansão	77	77	
Amortização acumulada	(45)	(30)	
Total do ativo	387.742	112.250	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva legal	Ajuste ao valor de mercado	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2010	107.500	17	-	(25.372)	82.145
Constituição de reservas	-	862	-	(862)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	17.246	17.246
Saldo em 30 de junho de 2010	107.500	879	-	(8.988)	99.391
Mutação do período	-	862	-	16.384	17.246
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2011	107.500	1.135	(1.145)	(4.115)	103.375
Constituição de reservas	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	454	-	454
Lucro líquido do semestre	-	-	-	4.123	4.123
Saldo em 30 de junho de 2011	107.500	1.135	(691)	8	107.952
Mutação do período	-	-	454	4.123	4.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira" ou "Instituição") foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie. Em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2007 foi deliberada a alteração da denominação social da entidade Superbank S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, para Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. Em 07 de abril de 2011 foi concluída a venda da Rede Matriz Serviços e Franquias Ltda. Os efeitos dessa transação foram considerados no resultado no valor de R\$5.108, conforme demonstrado na nota explicativa 17.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638) e Lei nº 11.941/09, para a contabilização das operações associadas, quando aplicável, às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitaram com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN).

3. Descrição das principais práticas contábeis - a. Auração do resultado - Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados "pro-rata" dia. **b. Operações de crédito e depósitos interfinanceiros** - As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e respectivos encargos retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "pro-rata" dia. **c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, levando-se em consideração: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, entre "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco, que deve ser realizada periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso de finidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes. As operações vencidas há mais de 90 dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra provisão existente e controlada em conta de compensação, não mais figura no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, renegociadas de operações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como "H". **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Conforme estabelecido pela Circular nº 3068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN), os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: **Títulos para negociação** - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadraram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **f. Outros valores e bens - Bens não de uso próprio**: Está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em doação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustado por provisão para perda no valor recuperável quando necessário. **Despesas antecipadas**: Referem-se a despesas pagas antecipadamente, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, representado substancialmente por comissão a agentes na colocação de financiamentos e despesas de seguros. Quando da cessão desses direitos ou benefícios, as correspondentes comissões são imediatamente reconhecidas no resultado. **g. Imobilizado de uso e diferido** - O imobilizado de uso e diferido são demonstrados pelo custo de aquisição ou formação. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com taxas anuais do correspondente ativo, conforme demonstrado na Nota 13. Os saldos existentes no ativo diferido, constituídos antes da entrada em vigor da Resolução 3.617/08 do BACEN, serão mantidos até a sua efetiva baixa. **h. Redução do valor recuperável de títulos não financeiros (Impairment)** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **i. Ativo e passivo circulante, realizável e exigível a**

longo prazo - São demonstrados pelos valores de realização e liquidação, respectivamente, e contemplam as variações monetárias e cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido** - A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$240 (R\$120 no semestre). A provisão para contribuição sobre o lucro líquido foi calculada a alíquota de 15% para empresas financeiras e 9% para as empresas não financeiras, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo), são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e estudos técnicos e análises da administração em atendimento a resolução 3.059/02 e 3.355/06. **k. Estimativas contábeis** - Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação do ativo imobilizado de uso, e provisões para contingências. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão substanciadas nas disposições da Resolução nº 2823/09 e Carta Circular 3429/10 do Bacen, sendo estas as seguintes: • Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos contingentes são provisionados quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles com estimativas de perdas estimadas e como remotas não são provisionados e ou divulgados; • As obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **m. Lucro líquido por ação** - O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação na data dos balanços.

	30/06/2011	30/06/2010
4. Aplicações interfinanceira de liquidez		
Até 30 dias	9.820	22.811
Total	9.820	22.811

	30/06/2011	30/06/2010		
5. Títulos e valores mobiliários				
a) Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários				
	Instrumentos financeiros derivativos	Instrumentos financeiros derivativos		
	Carteira própria	Total		
LTN	88.677	88.677		
Total de títulos públicos	88.677	88.677		
Swap de crédito	11.821	11.821		
Total de títulos privados	11.821	18.348		
Total	88.677	100.498		
b) Composição dos Títulos por Vencimento				
	30/06/2011	30/06/2010		
	Acima de 360 dias	Acima de 360 dias		
Em 30/06/2011				
LTN	88.677	-		
Títulos públicos	88.677	-		
Swap de crédito	11.821	18.348		
Títulos privados	11.821	18.348		
Total	100.498	18.348		
c) Classificação dos títulos e valores mobiliários				
	30/06/2011	30/06/2010		
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Em negociação	11.821	11.821	18.348	18.348
Derivativos	-	-	-	-
Total	11.821	11.821	18.348	18.348

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "disponíveis para venda", bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo seu valor justo estimado (valor de mercado). O valor justo geralmente baseia-se em consultas à cotações de preços de mercado através de fontes independentes ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são determinados através de cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração. Em 30 de junho de 2011, foi apurado um saldo de ajuste no patrimônio líquido no montante acumulado de R\$ (1.153), (R\$ 691) líquido dos efeitos tributários, relativos aos títulos disponíveis para venda.

Operações de crédito direto ao consumidor										
30/06/2011										
Níveis de risco (Resolução nº 2682 de 21 de dezembro de 1999)										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Curto prazo:	-	101.803	336	361	283	156	93	145	951	104.128
De 0 a 14 dias	-	4.988	88	38	36	20	10	11	39	5.230
De 15 a 30 dias	-	3.612	30	85	33	20	12	17	70	3.879
De 31 a 60 dias	-	8.796	99	91	67	34	16	27	100	9.140
De 61 a 90 dias	-	8.654	75	17	63	30	14	24	88	9.039
De 91 a 180 dias	-	25.314	30	51	67	39	41	239	25.752	8.523
De 181 a 360 dias	-	50.439	14	95	82	16	2	25	415	51.088
Longo prazo:	-	138.174	403	462	36	315	74	36	400	139.900
Acima de 360 dias	-	138.174	403	462	36	315	74	36	400	139.900
Total normal	-	239.977	739	823	319	471	167	181	1.351	244.028
Vencido:	-	-	556	763	879	265	306	505	1.423	4.697
Até 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	271
De 15 a 30 dias	-	-	556	683	462	163	205	351	622	3.042
De 31 a 60 dias	-	-	-	76	336	29	18	27	77	563
De 61 a 90 dias	-	-	-	1	77	33	20	29	89	251
De 91 a 180 dias	-	-	-	3	4	39	47	90	308	489
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	1	16	8	306	331
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	21	21	62
Total	-	239.977	1.295	1.586	1.198	736	473	686	2.774	248.725

Aquisição de carteiras cedidas - Em 24 de junho de 2011 a Sofisa CFI adquiriu créditos cedidos sem coobrigação do Banco Sofisa no montante total de R\$ 238 milhões, negociação esta realizada em condições normais de mercado. Os créditos adquiridos são compostos por operações de empréstimos e financiamentos no segmento de varejo.

b. Composição por setor de atividade das operações de crédito

	30/06/2011	30/06/2010
Sector privado - Pessoas jurídicas	6.812	15.707
Sector privado - Pessoas físicas	241.912	40.044
Total	248.724	55.751

c. Classificação por níveis de risco das operações de crédito

30/06/2011		30/06/2010		
Níveis	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	-	-	14.834	-
A	239.977	1.200	22.906	115
B	1.295	13	2.752	28
C	1.586	48	3.076	92
D	1.198	120	1.727	173
E	736	221	1.201	360
F	473	236	871	435
G	686	480	1.246	871
H	2.773	2.773	7.138	7.138
Total	248.724	5.091	55.751	9.213

A provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2011, montava R\$ 5.091. Durante o semestre houve recuperações de créditos no montante de R\$ 906 e foram registradas baixas contra a provisão no montante de R\$ 1.613.

d. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	30/06/2011	30/06/2010
Saldo inicial	2.661	28.675
Provisão constituída	4.043	3.004
Créditos baixados	(1.613)	(22.466)
Saldo final	5.091	9.213
Recuperação	906	1.486

e. Concentração dos principais devedores

30/06/2011		30/06/2010	
	% sobre a carteira	% sobre o patrimônio líquido	% sobre o patrimônio líquido
Principal devedor	145	0,06	0,13
10 Maiores	1.134	0,46	1,05
20 Maiores	2.038	0,82	1,89
50 Maiores	4.176	1,68	3,87
100 Maiores	7.144	2,87	6,62

7. Outros créditos - diversos

	30/06/2011	30/06/2010				
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamento a depositantes	-	-	-	58	-	58
Crédito tributário (a)	10.377	10.377	20.754	11.731	11.731	23.462
Devedores por depósitos em garantias	6.303	6.303	12.606	5.171	5.171	10.342
Imposto de renda a compensar/recuperar	1.501	1.501	3.002	-	-	3.002
Pagamentos a ressarcir	1	1	2	-	-	2
Devedores diversos - País	3.683	3.683	7.366	2.377	2.377	4.754
Total	5.185	16.680	21.865	5.832	16.902	22.734

a) Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social foram calculados sobre adições temporárias provenientes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em atendimento ao requerido pela resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006 e nº 3.059, de 2 de dezembro de 2002, do Banco Central do Brasil (BACEN), o incremento,

reversão ou a manutenção dos créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

SOFISA CFI					
Créditos tributários					
	30/06/2010	Reversão	Constituição	30/06/2011	
Prejuízos fiscais	3.803	955	(1.249)	3.509	
Proveniente das operações	3.803	955	(1.249)	3.509	
Diferenças temporárias:					
Créditos de liquidação duvidosa	674	587	(200)	1.061	
Contingências tributárias	1.501	-	105	1.606	
Ajustes a valor de mercado - Circ. 3068/2002	-	-	288	288	
Provisão para impairment de BNDU/Outras	826	(816)	2	12	
Total das diferenças temporárias	3.001	(229)	195	2.967	
Total do crédito tributário	6.804	726	(1		